

Paulo Beer

# Psicanálise e ciência

*Um debate necessário*



**Blucher**

# PSICANÁLISE E CIÊNCIA

*Um debate necessário*

Paulo Beer

*Psicanálise e ciência: um debate necessário*

© 2017 Paulo Beer

Editora Edgard Blücher Ltda.

Imagem da capa: iStockphoto

*Para Francisco (in memorian),  
que tanta falta faz.*

*Para Luiza e Tereza,  
que não me deixam me perder em mim mesmo.*

---

# Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar  
04531-934 – São Paulo – SP – Brasil  
Tel.: 55 11 3078-5366  
contato@blucher.com.br  
www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme  
5. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua  
Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras,  
março de 2009.

É proibida a reprodução total ou parcial por  
quaisquer meios sem autorização escrita da  
editora.

---

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard  
Blücher Ltda.

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Beer, Paulo  
    *Psicanálise e ciência : um debate necessário /*  
Paulo Beer. — São Paulo : Blucher, 2017.  
    208 p. (Série Psicanálise Contemporânea / Flávio  
    Ferraz, coord.)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-1182-2

1. Psicanálise 2. Ciência 3. Psicanálise – Filosofia  
4. Ciência e psicologia I. Título.  
17-0514 CDD 150.195

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicanálise

# Conteúdo

Introdução	17
1. A ciência na psicanálise: evitando equívocos	51
2. Um trajeto na ciência	103
3. A validação experimental	131
Conclusão	189
Referências	199

# Introdução

A relação da psicanálise com a ciência é um tema pertinente desde a emergência da psicanálise como uma prática clínica. Mais que isso, pode-se ver que se trata de um tema tão pertinente quanto complexo, se olharmos, por exemplo, para um certo desconforto de Freud com o fato de que seus escritos, muitas vezes, pareciam aproximar-se mais de romances do que de textos científicos, a despeito de seu claro posicionamento de que a psicanálise seria, sem dúvida, uma ciência (Freud, 1895/2016). Segundo o psicanalista, esse fato devia-se exclusivamente à natureza de seu objeto, que demandava uma abordagem um pouco distinta, ao menos em um primeiro momento.

É notável o fato de que tal discussão tenha permeado mais de um século de produções sem perder o vigor, de modo que se coloca como uma questão importante tanto para a psicanálise como para áreas afins, como a psicopatologia, a saúde mental, a psiquiatria etc. Vemos que um caráter enigmático continua a ser percebido nesse campo, o que não significa que não devamos considerar os avanços que foram realizados, muito pelo contrário. Mais que isso,

é necessário reconhecer que o interesse por esse tema não parte mais do mesmo lugar do qual partia anteriormente, de modo que – junto com os desenvolvimentos já estabelecidos – é necessário, também, que nos atentemos a quais interesses estão colocados ao se discutir essa relação hoje.

Nesse sentido, já é possível estabelecer um traço deste livro, no qual nossa opção de encaminhamento é construída a partir da convergência de um campo de interesse e – por que não? – uma posição política. Tal opção se fez necessária de modo tão radical frente à amplitude do campo em que estamos adentrando, no qual uma infinidade de questões poderia ser tema de uma discussão bastante longa e produtiva. Por exemplo, a questão da cientificidade em Freud seria, em si, mote para um extenso trabalho. O mesmo poderia ser indicado em relação a outros autores, como Lacan, Bion, entre outros. Para além disso, um estudo pormenorizado de alguns críticos também seria motivo suficiente para uma pesquisa, como as bases da crítica de Popper ou então as reflexões de Granger acerca das condições necessárias para a consideração de uma disciplina enquanto ciência – e a inclusão (ou não) da psicanálise neste grupo. Esses e muitos outros são temas possíveis, interessantes e pertinentes; contudo, já colocamos de antemão que nosso foco será outro.

É importante, portanto, indicar que nossa discussão será dirigida para o *cenário atual da relação entre ciência e psicanálise*; mais especificamente, para *as possibilidades de diálogo e intersecção entre os dois campos* – se é que podemos afirmar, de fato, que se tratam de dois campos. Isso não significa que iremos ignorar a história desse debate, tampouco cair no engano de considerar a atualidade como algo independente de seus antecedentes; recorreremos, todavia, a debates anteriores em momentos pontuais, nos quais esse movimento se mostre incontornável. Trata-se, desse modo, de uma espécie de economia laboral, talvez até um tanto minimalista, na qual a

opção por nada a mais do que o necessário – de tudo aquilo que não incide diretamente na discussão que queremos estabelecer – tem como objetivo a potencialização disso que queremos tratar.

Não é raro, como vemos em diferentes obras que se debruçam sobre o mesmo tema, que outras questões acabem ganhando destaque e se sobrepondo a este que consideramos como tema principal. Isso indica, acima de tudo, a riqueza presente nas discussões realizadas, que envolvem categorias e conceitos que, em si, já justificam obras inteiras. Em alguns momentos, contudo, realizaremos uma espécie de violência, com a interrupção de determinados temas que ficarão aquém de suas possibilidades de desenvolvimento – mas sempre com o intuito de não perdermos o foco disso que indicamos como o núcleo de nossa discussão. Isso não significa, porém, que ignoraremos questões centrais. Permitam-nos um pequeno excursus figurativo.

Em provas de ciclismo, especialmente nas que são constituídas de várias etapas (como os célebres Tour de France, Giro d'Italia e Vuelta a España), existe uma estratégia sempre presente: cada equipe elege um capitão – usualmente, o ciclista que tem melhor desempenho nas diversas situações contidas no conjunto da prova –, que será o principal competidor pelo maior prêmio, dado ao atleta que tem a menor somatória de tempos após a conclusão de todas as etapas. Os outros ciclistas são os chamados “gregários”, que ficam responsáveis por ajudar o capitão a alcançar esse objetivo. Para isso, zelam tanto por sua proteção (afastando-o de situações possivelmente perigosas) como também adotam uma tática específica, posicionando-se à frente dele para diminuir a resistência do vento, de modo que ele possa pedalar com menos esforço durante a maior parte do tempo – guardando, assim, sua energia para os momentos decisivos.

Este excursus ciclístico tem, aqui, uma função comparativa, que diz respeito à estratégia escolhida para a abordagem da relação entre

psicanálise e ciência. Isso porque, no decorrer da pesquisa, há diversas questões que – embora possam parecer um tanto laterais –, se mal trabalhadas, contêm um grande poder desestabilizador do debate, de modo que este acaba sendo prematuramente reduzido – como um capitão que, sem apoio, tem seu potencial limitado a um lugar de coadjuvante, privando o evento de belíssimas disputas. Desse modo, uma vez que elegemos como nosso capitão *as possibilidades de intersecção entre psicanálise e ciência*, faremos uso de algumas discussões “gregárias”, que terão como meta a proteção contra eventuais quedas e acidentes, assim como embalar a discussão principal. Isso significa, no limite, que certas problemáticas não serão desenvolvidas em todo seu potencial, e muito menos resolvidas: estarão aqui presentes de modo estratégico, para que nosso tema possa ser trabalhado com certa tranquilidade e, claro, fôlego.

Pois bem, já foi indicada, como nosso ponto central, *a relação atual da psicanálise com a ciência*, com especial atenção às *possibilidades de diálogo e intersecção* entre os dois campos. Isso significa, especialmente, uma tentativa de atualização do debate, buscando-se tanto as ideias em vigor no lado da filosofia da ciência como teorias atuais na psicanálise.

A escolha por tratar esse tema desse modo e neste momento passa por diversos lugares. Não se trata de uma motivação única, mas, sim, da confluência de alguns pontos de inegável relevância. O primeiro diz respeito ao peso de que a questão da cientificidade parece gozar na atual organização do debate a respeito da escolha de tratamento em políticas públicas em saúde mental, além do respaldo que traz à legitimação de práticas interventivas nesse campo de um modo geral – não somente em suas incidências públicas. Nesse sentido, trabalhar esse tema nos parece uma questão estratégica, pois se mostra imprescindível como um ponto de sustentação necessário à presença da psicanálise nesses debates.

## *Psicanálise, ciência e saúde mental*

Recentemente, esse tema voltou a ser o protagonista de acaloradas discussões, inclusive no Brasil. Isso se deve especialmente a decisões acerca dos modos de tratamento que devem (ou não) ser empregados nos serviços públicos de saúde mental (Hans, 2000 Kupfer, 2013); questões que indicam como argumento central a necessidade de se priorizar tratamentos que tenham suas bases teóricas e terapêuticas comprovadas cientificamente, de modo que certas linhas terapêuticas seriam mais apropriadas do que a psicanálise, por dificuldades de se determinar a cientificidade desta. Vê-se, contudo, que se isso aparece no âmbito das políticas públicas brasileiras nos últimos anos, trata-se de um processo muito mais antigo de ruptura do pensamento psiquiátrico com uma soberania histórica da psicanálise, partindo-se da necessidade do estabelecimento de uma língua geral com a qual profissionais de diferentes lugares e práticas pudessem se comunicar e comparar suas clínicas e pesquisas. Esse movimento foi liderado pela Associação Americana de Psiquiatria, com a produção de seu Manual Diagnóstico Estatístico (DSM). Como nos diz Pereira,

*O “ateorismo” proclamado por esse tipo de classificação responde, antes de tudo, à necessidade de se contornar essa questão espinhosa de uma forma pragmática, deixando-se de lado as “querelas de escola”. A escolha do termo “Transtorno” (disorder) para designar a maior parte das categorias diagnósticas do DSM-III e sucedâneos exemplifica bem a natureza desse esforço. A designação disorder não confere nenhuma especificidade ao quadro clínico que ela nomeia, mas preenche uma função que se pode chamar “retórica”, necessária ao bom funcionamento do sistema: não se trata de conceber*

*uma “doença”, no sentido médico do termo, onde uma etiologia orgânica explicaria as alterações observadas. Busca-se, portanto, tratar dos problemas nosográficos, deixando-se, metodologicamente, de lado os questionamentos etiológicos e privilegiando-se a descrição empírica dos quadros. (Pereira, 1996, p. 48)*

Contudo, vê-se que, em diferentes momentos, esse projeto acabou por ter como resultado, mais que a separação entre psicanálise e psiquiatria, um movimento de hegemonização de uma psiquiatria biologizante:

*As implicações filosóficas, éticas e epistemológicas do DSM não são assumidas explicitamente e o centro da problemática é deslocado para o campo genérico da fundamentação das ciências biológicas. O que nos interessa é esse rompimento do nexos com os discursos psicanalítico e social, que faziam a patologia mental depender dos modos de subjetivação e socialização em curso, em um dado regime de racionalidade. (Dunker & Kyrillos, 2011, p. 619)*

Essa ruptura pode ser pensada tanto como uma abertura a outras razões diagnósticas e clínicas quanto como fruto de debates epistemológicos que fossem capazes de delimitar solidamente métodos mais apropriados de tratamento e investigação clínica; contudo, esse não foi sempre o caso. Se ideais de cientificidade são evocados nessa disputa, um exame mais cuidadoso demonstra uma extrema fragilidade na estruturação desses argumentos, de modo que se encontram aproximações tanto a escolas já há muito destituídas de uma unanimidade epistemológica da qual já gozaram

(como o empirismo lógico) quanto a filiações inconsistentes com escolas atuais.<sup>1</sup> Em suma, tem-se, de fato, a defesa de uma clínica que evita assumir o caráter político de suas posições, eclipsadas atrás de um “compromisso prático” (Pereira, 2000) e de um ideal plástico e inconsistente de ciência.

Entretanto, deve-se notar que, de alguma maneira, os próprios participantes da constituição do DSM expressaram preocupação com esses atravessamentos ideológicos e chegaram até, em alguns momentos, a se posicionar contrários a algumas possibilidades de reificação diagnóstica. Isso se dá, em parte, pela influência de um consistente grupo inglês de psiquiatras que tomou como problema central a relação da psiquiatria com a filosofia, postulando – contra a repetida “medicina baseada em evidências” (até então, grande norteadora do DSM) – uma “psiquiatria baseada em valores”, que teria como objetivo uma maior delimitação dos atravessamentos ideológicos presentes nas decisões clínicas, assim como na própria constituição das pesquisas e experimentos que servem como base para essas decisões.

Esse grupo, liderado por John Sadler e Bill Fulford (entre outros) e guarnecido por uma coleção de peso da Oxford University Press, parece ter ganhado notável relevância nos debates que constituem a elaboração das novas versões do DSM, como foi possível reconhecer, por exemplo, na não inclusão da categoria de “síndrome psicótica atenuada” frente aos possíveis efeitos de reificação e de hipertrofia diagnóstica (Gonçalves, Dantas, & Banzato, 2015)<sup>2</sup> no momento de elaboração do DSM-V. Isso não significa, contudo, que o predicado *científico* deixe de ter valor, muito pelo contrário.

---

1 Conferir Balat (2000).

2 Este episódio será apenas referido, pois uma leitura mais aprofundada demandaria um desvio de nosso caminho. No entanto, para aqueles que se interessarem, recomendamos o excelente artigo “Valores conflitantes na produção do DSM-5: o ‘caso’ da síndrome psicótica atenuada” (Gonçalves et al., 2015).

A única diferença é que se teria uma visão menos idealizada do conhecimento científico em si, mas este continua a ter papel fundamental nas discussões.

No entanto, esse cenário de referência a um horizonte de legitimação biológica, mas com uma possibilidade de abertura, não é mais homogêneo, e o que parecia ruim agora se mostra potencialmente pior. Pode-se reconhecer uma ruptura que estaria acontecendo atualmente dentro da própria cultura norte-americana, a partir de uma oposição entre a Associação Americana de Psiquiatria (APA) e o Instituto Nacional de Saúde Mental (National Institute of Mental Health – NIMH). No mesmo período da publicação da quinta versão do DSM, o NIMH colocou-se em franca oposição ao modo como o manual fora construído, acusando-o de não ser científico e dizendo que “os pacientes merecem mais”. Segundo o diretor do instituto, Thomas Insel,

*Sua fraqueza é sua falta de validade. Diferente de nossas definições de doença cardíaca isquêmica, linfoma ou AIDS, os diagnósticos do DSM são baseados em um consenso sobre agrupamentos de sintomas clínicos e não em alguma medida laboratorial objetiva. No resto da medicina, isso seria equivalente a criar sistemas diagnósticos baseados na natureza da dor no peito, ou na qualidade da febre. De fato, diagnósticos baseados em sintomas, que já foram muito comuns em outras áreas da medicina, têm sido largamente substituídos nos últimos cinquenta anos, a partir do entendimento de que somente o sintoma raramente indica a melhor escolha de tratamento.*

*Pacientes com transtornos mentais merecem mais que isso. O Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH) lançou o projeto Research Domain Criteria (RDoC) para*

*transformar o diagnóstico ao incorporar genética, imagens, ciência cognitiva e outros níveis de informação para estabelecer as fundações para um novo sistema classificatório. (Insel, 2013, tradução nossa)*

É curioso o fato de que algumas das críticas realizadas ao DSM – por exemplo, à falta da consideração da causalidade na construção diagnóstica – estejam contempladas nesse posicionamento. Contudo, é claro que a resposta encontrada leva ao extremo uma lógica em profunda contradição com a psicanálise, ao indicar que a causalidade deve ser procurada unicamente enquanto fator biológico. Desse modo, além de se reforçar uma visão bastante singular de ciência, na qual a validade de uma teoria só pode ser comprovada experimentalmente a partir do reconhecimento de fatos empíricos e observáveis em condições rigidamente determinadas, também existe uma concepção de homem e de sujeito sendo estabelecida, na qual seu sofrimento seria resultado de processos cuja causalidade deve ser sempre procurada em fatores biológicos.

Após este comentário, é possível indicar com mais clareza o papel desse processo em nosso livro. Explicitamos que não temos a psiquiatria como objeto, nem sua relação com a psicanálise, tampouco um estudo aprofundado das bases que se desenharam ou que estão se desenhando nesse campo. O que nos interessa aqui é justamente a compreensão de que uma participação efetiva neste campo, denominado científico, é incontornável caso tenhamos qualquer pretensão de que a psicanálise continue a ter seu lugar de clínica e teoria legítimas preservado. Trata-se, portanto, de um interesse majoritariamente político. Como indica Hans:

*No atual momento, recusar-se a participar do debate, nos moldes em que é proposto na Comunidade Europeia e nos Estados Unidos, pode significar ficar impossibilitado*

*de continuar a exercer a profissão, ou pelo menos de ficar restrito a um lugar marginal que atualmente não tem mais o caráter romântico e transgressor das décadas passadas (no Brasil parece que haverá mais espaço por algum tempo). Por outro lado, enquadrar-se no debate pode implicar perder o contato com o que é essencial nas psicoterapias psicodinâmicas, a subjetividade e a singularidade (por natureza avessas à normatização e à regulação). Colocadas as alternativas deste modo, rejeitar o formato científico hegemônico e bancar a condição de marginalidade, parece ser para muitos uma imposição de cunho ético, ideológico e uma reafirmação na natureza distinta das práticas psicodinâmicas e da psicanálise. (Hans, 2000, p. 184)*

O que propomos é um exame cuidadoso sobre as possibilidades de enfrentamento desse debate no campo epistemológico sem, contudo, abrir mão de premissas éticas da psicanálise, como a recusa ao apagamento da subjetividade ou a distância tomada com possibilidades de se cair em uma prática moralizante. Debater nesse campo não significa, necessariamente, uma sujeição a determinados modos de se fazer e entender ciência, tampouco concessões de princípios éticos essenciais aos psicanalistas (isto será desenvolvido com mais detalhes no Capítulo 3). Limitamo-nos, neste momento, a indicar a importância de que a psicanálise se faça presente nessas discussões e de que possa se posicionar de modo a ser escutada. A nosso ver, certas recusas a um debate mais aprofundado nesse sentido (como será abordado) mostram-se extremamente contraproducentes e, atualmente, nocivas ao pensamento e à clínica psicanalítica. Como continua Hans:

*Entretanto, este novo contexto da marginalidade e suas consequências para o exercício da profissão têm causado certo desconforto a abordagens que não querem ser incluídas no grupo das terapias “alternativas” onde se mesclam charlatanismos, práticas religiosas etc. Especificamente no meio psicanalítico, há internacionalmente também um esforço de várias correntes de aproximar-se da universidade, ocupar cadeiras, obter reconhecimento acadêmico e se possível científico, participar dos debates nos conselhos e órgãos reguladores da profissão, gerando pesquisas empíricas etc.*

*Grosso modo estes esforços visam a influenciar as regulamentações e normas e garantir alguma legitimação acadêmica e social para práticas psicodinâmicas. (Hans, 2000, p. 185)*

Levamos em consideração que grande parte dos trabalhos dedicados a esse tema, especialmente por parte de psicanalistas, acaba tomando um caminho distinto daquele da discussão epistemológica. Parte-se, frequentemente, da constatação de que existe uma hipertrofia, uma supervalorização da ciência enquanto legitimador de práticas e saberes, de modo que a produção científica deixaria, em muitos momentos, seu papel de produtora de conhecimento de lado e acabaria sendo apenas um instrumento de reprodução ideológica. Desse modo, a opção por atacar essa assimilação da ciência enquanto ideologia pareceria ser mais indicada, localizando, assim, a psicanálise como uma espécie de reduto de resistência a um movimento de dessubjetivação, controle normativo e silenciamento do sujeito, perpetrado pelo capitalismo em sua forma atual (Askofaré, 2013). Essa vertente parte, em geral, da tomada da ciência enquanto equivalente ao que, em alguns momentos, Lacan denominou como “discurso da ciência”.

De fato, embora o tema da relação entre psicanálise e ciência seja um objeto de pesquisa pertinente desde os primórdios da psicanálise, isso não significa que estas questões sempre estejam em jogo no debate atual sobre a legitimidade do tratamento psicanalítico para doenças mentais. Ao contrário, muitas vezes parece se tratar de uma falsa questão (Dunker, 2013), na qual ataques insustentáveis são trazidos simplesmente como argumentos retóricos. Esse fenômeno deve ser encarado não como um problema epistemológico, mas como uma questão ideológica, no sentido de um mecanismo que dê conta de apaziguar certas contradições do discurso dominante. Esse funcionamento resulta de um lugar privilegiado que o nome *ciência* ocupa em nossa sociedade. Como aponta Iannini,

*Deste modo, não faz sentido defender a cientificidade da psicanálise, nem denegri-la por sua suposta a-cientificidade. Ambas as posições não fazem senão ecoar o caráter meramente endossador de que goza a palavra “ciência” em nossa cultura, na qual o status de cientificidade é visto como via de acesso a títulos de nobreza do mais alto valor, capazes de garantir ingresso a uma série de benesses de diversas naturezas, desde prestígio social até financiamento para pesquisa, inserção institucional ou no mercado editorial. Assim, para tomarmos um exemplo atual, responder às críticas panfletárias de um Le livre noir de la psychanalyse (MEYER, 2005) pela vertente epistemológica, tentando defender a cientificidade da psicanálise, é deixar-se enredar por uma visão ideologicamente interessada, para dizer o mínimo, na qual a legitimação de uma determinada práxis é fortemente dependente da atribuição de cientificidade. (Iannini, 2007, p. 70)*

Dessa forma, não temos como objetivo responder a esse tipo de crítica, mas, sim, recuperar um debate muitas vezes esquecido atrás dessas questões ideológicas, que tem como objeto a relação supostamente paradoxal entre o pensamento psicanalítico e o pensamento científico. Não se trata, portanto, de um exercício de verificação, mas da aposta de que ambas, psicanálise e ciência, têm a ganhar com o avanço desse debate.

Teremos a oportunidade de retomar esta questão de modo mais aprofundado nos próximos capítulos, inclusive para demonstrar nossa concordância com alguns pontos, assim como indicar certos equívocos presentes nesta articulação entre ciência e ideologia. Por ora, vamos nos limitar a indicar que, mesmo concordando que a ciência ocupe um lugar privilegiado de reprodução e perpetuação ideológica em nossa sociedade, esse tipo de crítica que parte da psicanálise nos parece bastante ineficaz, além de, como já dito, frequentemente impreciso.

### *Efetividade da crítica*

Fato é que, em se tratando de uma montagem ideológica tão sólida, qualquer crítica que não parta de um ponto de abertura ao diálogo – de uma posição minimamente reconhecida como legítima – tem seu poder crítico esvaziado antes mesmo de poder ser considerado. Além disso, parece-nos que pode haver aí uma confusão em relação àquilo que se teria como ponto de contradição ética. Como indica Manso de Barros:

*Então por que a psicanálise se posicionaria contra as descobertas científicas? Não será necessário separar o joio do trigo e estabelecer que o discurso psicanalítico tem mais contra o discurso capitalista e o uso feito por*

*ele das descobertas científicas do que propriamente contra a ciência? (Manso de Barros, 2012, p. 84)*

Criticar a ciência sem posicionar-se como ciência – realizar uma crítica externa – é uma estratégia demasiadamente ineficaz nesse cenário: ou se acredita que é possível, a partir disso, mudar todo o sistema que estabelece a ciência como campo privilegiado na determinação daquilo que é legítimo ou não (para que, então, algo que não seria ciência possa ser ouvido tanto quanto algo que seria), ou se constrói um discurso que gira em falso, alimentando apenas um micromercado que vê nesse tipo de crítica algo suficientemente interessante, mas que acaba por abdicar de qualquer efetividade nestes campos que indicamos como de nosso interesse: saúde mental, políticas públicas etc.

Se, no primeiro caso, encontra-se a ideia de que tal crítica precisa passar por uma desconstrução radical do capitalismo enquanto sistema de produção, de modo a poder reorganizar o papel da ideologia na sociedade, no segundo, tem-se uma produção burocrática que apenas afirma um descontentamento e marca uma diferença que, em larga escala, só tem como efeito a deslegitimação da psicanálise enquanto práxis. Acreditamos, portanto, que uma posição mais aberta e menos autocentrada seja mais interessante. Nesse ponto, mais do que uma questão estratégica, defendemos um posicionamento político em relação à própria comunidade psicanalítica, indicando que debates menos autorreferentes e mais abertos a outras epistemologias podem em muito contribuir para o pensamento psicanalítico.

Além disso, não perdemos de vista o cenário político maior, em que encontramos a necessidade de uma participação mais incisiva. Não é possível jogar se não estivermos sentados à mesa, e é com este horizonte que se constrói este livro: de que encontrar pontos possíveis de diálogo e troca é a melhor opção para os dois

lados. Mais do que isso, parece-nos também que realizar uma crítica que parta de dentro da própria ciência pode levar a efeitos muito mais contundentes do que aqueles que seriam alcançados por uma crítica externa, no que estamos de acordo com Manso de Barros:

*Nós nos perguntamos, no início, por que a psicanálise se posicionaria contra as descobertas científicas, alegando que talvez o discurso psicanalítico tenha mais contra o discurso capitalista e o uso feito por ele das descobertas científicas do que propriamente contra a ciência. Se a podemos considerar inserida no campo científico, como queria Lacan, saber que contribuiu para a transformação do real no século XX, manter seu rigor metodológico e sua capacidade de revolucionar criticando dialeticamente os discursos importantes é um dos restos inelimináveis de seu uso. (Manso de Barros, 2012, p. 106)*

Isso nos leva a outra questão, mais epistemológica, sobre a possibilidade de trocas e as diferenças radicais que existiriam entre o pensamento psicanalítico e o pensamento científico. Encontramos aí nosso segundo ponto de interesse, que se mostra em muitos momentos atravessado por esse primeiro que acabamos de apresentar, mas que de modo algum se reduz a ele.

Um dos pontos de constante debate ao se discutir a relação entre psicanálise e ciência diz respeito a diferenças radicais existentes no pensamento psicanalítico e no conhecimento científico. Essas diferenças se mostram, em grande parte, ligadas à posição do sujeito na construção do conhecimento, o que é indicado como um ponto paradoxal entre os dois campos.

Usualmente, aponta-se uma suposta separação, demandada pela ciência, entre saber e política. Parte-se, muitas vezes, de um pressuposto de que o saber seria acessível em si, descolado de suas condições de produção. Um saber absoluto, uma verdade absoluta são expressões frequentemente utilizadas nas tentativas de desqualificação da ciência ou, ao menos, de certos modos de se fazer ciência. Junto com isso, também a ideia de que a ciência moderna rejeitaria o sujeito (Dor, 1988a, 1988b; Elia, 1999; Gault, 2015). Um estudo mais aprofundado – como faremos nos próximos capítulos – mostra que essa ideia não tem mais atualidade. Infelizmente, encontramos esse tipo de posicionamento em obras de importantes psicanalistas, que, reproduzindo esta frequente conversa limitada – na qual ou se trabalha com um ideal limitado e desatualizado de ciência, ou se tem como referência uma psicanálise absolutamente reduzida a partir de recortes selecionados que ignoram o valor da teoria e da clínica psicanalítica –, acabam por transformar um debate potencialmente interessante e produtivo em uma disputa estanque. Como já foi dito, nosso objetivo é evitar ao máximo essas duas posições.

Um exemplo é o modo como esse tema é trabalhado por Joël Dor. Embora haja pontos de extremo valor em seu livro *Là-science de la psychanalyse* (1988a, 1988b), não podemos deixar de notar o tom de consideração da ciência enquanto um projeto de sutura do sujeito dividido, tomando como referência desenvolvimentos considerados ultrapassados até mesmo por seus próprios autores. Vemos isso no caso da crítica que Dor realiza em relação à Carnap, entre outros: o autor critica duramente o projeto da criação de uma língua comum para todas as ciências, empreendido pelo filósofo do Círculo de Viena. No entanto, o próprio Carnap havia, após alguns anos de estudo, indicado a impossibilidade de tal empreitada. O que é gritante é o fato de que Dor inclusive cita a desistência do próprio Carnap, mas, ainda assim, dedica-se a uma crítica profunda daquilo que já havia sido abandonado enquanto projeto. Ademais,

essa escolha é importante, pois é feita em detrimento de outros caminhos que poderiam ser tomados, o que fica claro principalmente pela ausência de diálogo com autores de filosofia da ciência que já haviam realizado grandes mudanças nesse campo e que permitiriam a construção de caminhos um tanto diversos.

De fato, o psicanalista não se limita a estabelecer relações com teorias do pensamento científico, mas dedica todo o primeiro volume de sua obra a eventuais tentativas de assimilação do pensamento psicanalítico pela filosofia. Segundo Dor, tanto a relação da psicanálise com a ciência como com a filosofia teriam um ponto central em comum: a sutura da divisão (*Spaltung*), sobre a qual se constrói o discurso analítico. Isso aconteceria porque a psicanálise realizaria uma subversão epistêmica ao reconhecer não só que existe uma dimensão do discurso que escapa ao que é racionalmente enunciado, mas também por destacar especialmente o caráter de verdade que se revela naquilo que se pode escutar no que não é dito no discurso consciente. Como aponta Dor,

*Recolocar o problema do “estatuto” epistemológico da teoria analítica sobre a Spaltung é recolocá-lo sobre isso que ela inaugura irremissivelmente na ordem de um discurso, de uma mediação aonde o sujeito se presta, involuntariamente, a um desvio inevitável da verdade do que ele enuncia. (Dor, 1988a, p. 15, tradução nossa)*

Nesse sentido, o autor aponta que as tentativas de apropriação da psicanálise pela filosofia, o que ele denomina *a alienação da psicanálise*, seriam tentativas de construir um discurso que, ao tentar subordinar a divisão do sujeito a outro sistema epistêmico, acabariam por estabelecer um sistema conceitual, em que o enunciado voltasse a gozar de sua unidade e correspondência com a verdade – negando, assim, a divisão em questão. Dor afirma que essa negação

seria necessária justamente pela necessidade de reestabelecer uma dimensão garantidora da validade do discurso, de modo que essa assimilação da psicanálise por outra episteme seria um jeito de subordiná-la a um discurso “mais completo”, que pudesse prever os fenômenos encontrados e, assim, servir como um discurso garantidor – tema exaustivamente trabalhado no primeiro volume de sua obra.

O mesmo ocorreria na ciência, modo de estruturação do conhecimento que tradicionalmente demandaria a expulsão das marcas do sujeito para que pudesse se estabelecer o que é chamado pelo autor de conhecimento de um sujeito não dividido. Nesse ponto, Dor recorre à sua referência (principal) mais atual, que é o livro *Pensée formelle et sciences de l’homme*, de Gilles-Gaston Granger (1960/1967). A referência a esta obra se dá em relação a um esquema que Granger propõe, que localiza a ciência – definida como a *construção de modelos eficazes de fenômenos* – como uma prática que acontece entre dois polos: de um lado, teríamos a matemática e a lógica, na medida em que elas representariam o máximo de rigor que uma formalização pode fornecer, e do outro, a história, indicando o limite da precisão de uma ideia.<sup>3</sup> Desse modo, pode-se pensar que quanto mais formal e rigorosa uma ideia, menos precisa (em relação à realidade) ela seria – assim como quanto mais precisa, menos rigorosa e formalizável. A partir disso, Dor propõe uma articulação com a ideia de forclusão do sujeito pela ciência, de modo que quanto mais perto da matemática (menor o grau de subjetividade), maior a forclusão, que diminuiria em direção ao limite da história. Conseqüentemente, ele coloca a psicanálise como um ponto além da história. Mais que isso, Dor localiza

---

3 Trabalharemos esta e outras ideias de Granger nos capítulos seguintes, tanto em relação às suas discussões sobre o que seria (ou não) uma ciência como em relação às possíveis influências que ele poderia ter exercido no pensamento de Lacan.

na incompatibilidade entre o *sujeito do conhecimento* e o *sujeito da psicanálise* o principal ponto de impossibilidade de estruturação da psicanálise como uma ciência:

*Como conciliar os imperativos implicados pela Spaltung com a estruturação de um discurso que deve enunciar, sempre que possível, de um modo “científico” qualquer coisa ligada à própria dimensão da subjetividade? É nesse sentido que a questão da cientificidade analítica aparece estritamente indissociável da problemática do sujeito do conhecimento, principalmente do sujeito da ciência e da relação que esse sujeito estabelece com o objeto a ser cientificizado, na construção dos enunciados científicos. (Dor, 1988a, p. 152, grifos do autor, tradução nossa)*

Mais do que isso, aponta-se que essa necessidade de apagamento do sujeito seria, em si, uma espécie de garantia, pois permitiria a construção de um conhecimento de base comum a todas as disciplinas científicas, projeto do empirismo lógico. Dor se dedica a uma análise minuciosa sobre a impossibilidade do estabelecimento dessa instância garantidora, discussão que é bastante criticada por Bevidas (2000): segundo o linguista e psicanalista brasileiro, Dor teria se dedicado a um empreendimento tão complexo quanto infrutífero, pois as teorias por ele atacadas (especialmente o empirismo lógico, ao qual Dor mais se dedica) já haviam, como indicamos anteriormente, sido abandonadas no campo da filosofia da ciência há algum tempo. Desse modo, Bevidas aponta em Dor certo caráter fóbico em seu modo de tratamento do tema, por dar uma importância exagerada às “tentativas de sutura da divisão do sujeito”.

De fato, parte dessa crítica de Beividas é bastante pertinente, já que, como vimos, esta concepção de ciência como garantia de um conhecimento verdadeiro é algo superado, inclusive, por Granger. Mesmo que este faça uma defesa dos conhecimentos formais (ou mais formalizáveis) em detrimento de um conhecimento menos rigoroso produzido pelas ciências humanas, Granger deixa bastante claro tratar-se de um projeto não completamente realizável. Assim, o encadeamento que Dor propõe – ao primeiro trabalhar as definições de Granger para, depois, atacar propostas de uma ciência ideal, ou o “ideal de ciência ideal”, como ele nomeia as tentativas de estabelecimento de um discurso que garanta as ciências – parece perder de vista que, mesmo com uma referência menos rígida de ciência, a psicanálise ainda enfrenta questões extremamente complexas, que continuam a ser colocadas mesmo por pensadores que abandonaram projetos como o do empirismo lógico. Por outro lado, a recente assimilação ideológica de ideais cientificistas que a própria filosofia da ciência considera hoje inadequados pode apontar que essa “fobia” não era de todo injustificada, o que não significa, todavia, que o texto tenha tido sucesso em produzir efeitos com sua argumentação.

### *A paradoxalidade instaurada: um debate que não avança*

Nesse sentido, parece-nos que a crítica mais adequada em relação ao texto de Dor incide no fato de haver um desbalanceamento entre defesas da psicanálise contra fantasmas que sempre tornam a assombrar e um trabalho efetivo de, para além de estabelecer a incompatibilidade do discurso psicanalítico com certos encaminhamentos do pensamento científico, realmente fazer avançar o debate entre psicanálise e ciência. Podemos falar em *desbalanceamento*, pois

este segundo ponto é um dos objetivos do livro de Dor que, contudo, acaba tendo pouco espaço.

Pois é desse modo que ele apresenta o ápice de seu argumento, a partir do reconhecimento de uma paradoxalidade instauradora: por um lado, teríamos a psicanálise, que, em seus desenvolvimentos, debruça-se sobre aquilo do sujeito que a ciência tenderia a excluir em seu funcionamento, defendendo a impossibilidade de estabelecimento de qualquer tipo de instância garantidora do conhecimento; por outro, teríamos justamente a tentativa de circunscrição disso que garante o conhecimento como objeto da filosofia da ciência – que teria por função a elaboração de fundamentos que possibilitariam a distinção entre discursos “garantidos” e discursos “não garantidos”, baseada, sobretudo, na expulsão do sujeito de seus enunciados por meio da formalização. Como, então, seria possível conciliar esses dois pontos? É isso que Dor localiza como a *paradoxalidade instauradora* da psicanálise.

Nossa posição, que será embasada no Capítulo 1, parte do reconhecimento de uma instabilidade na base dessa argumentação, aquela de que a ciência forcluiria o sujeito, ou *a verdade como causa*. Parece-nos que esse tipo de construção só é possível a partir da consideração de um ideal bastante datado de ciência; e que, nos termos atuais, esse ponto não se mostra mais relevante. Em outras palavras, será que essa condição de exclusão do sujeito realmente se encontra enquanto um pressuposto do pensamento científico? Mais que isso, esse giro na base da discussão tem como referência não somente a atualização da concepção de ciência, mas também um outro entendimento acerca da discursividade da psicanálise.

Partimos, então, de um debate sobre a real possibilidade de inclusão da divisão do sujeito em qualquer discurso estabelecido, tema este trabalhado com afinco por Lacan em diversos momentos, de que ressaltamos o seu texto “O aturdido” (1973/2003). Pode-se afirmar

que Lacan não considerava esse movimento de negação de uma dimensão da verdade do sujeito como exclusividade da ciência, tendo em vista seu grande engajamento em tentar estabelecer uma transmissão da própria psicanálise que escapasse a isso, que contivesse a inexistência de metalinguagem como efeito inevitável. É nesse sentido que escreve um texto que, em sua primeira parte, faz tal uso de equívocos e ambiguidades que dificilmente se pode estabelecer um sentido único para aquilo que se está dizendo; na segunda parte, um recurso radical à topologia – partindo do pressuposto de que a topologia é a estrutura, e não sua representação – parece fortalecer este projeto de uma escrita em que a verdade não se reduza ao sentido. Se esse objetivo foi, de fato, alcançado é uma discussão que não nos cabe aqui. E mesmo que aceitemos que seja possível alguma discursividade que não opere qualquer tipo de estabelecimento de sentido que acabe por minimizar a divisão subjetiva, ainda assim não vemos aí um caráter necessário, não encontramos motivos pelos quais o estabelecimento de uma discursividade que produza sentidos pela psicanálise significaria uma negação de sua práxis.

Parece-nos, ao contrário, que essa paradoxalidade só se sustenta frente a uma redução extrema do que se entende por ciência ou por uma generalização idealizada da função do analista (ou do discurso do analista), que imaginaria possível a construção de uma práxis baseada em uma teoria que recusa radicalmente qualquer produção de sentido, pois isso significaria uma sutura da divisão do sujeito; ou mesmo a respeito de uma possível diferença em relação ao tratamento dado ao real, que seria, na ciência, algo a ser sempre dominado – enquanto visto como irreduzível na psicanálise –, como nos indica Freire (1997). Como problematiza Coelho dos Santos,

*O real da psicanálise coincide em parte ou inteiramente com o da ciência: “Suponham que se não houvesse nada*

*de impossível no real – os cientistas fariam uma careta e nós também. Mas quanto caminho foi preciso percorrer para ver isso. Durante séculos acreditou-se que tudo era possível” (Lacan, 1974/2011, p. 16). O real não é o mundo. O real não é o universal, não se pode dizer “todos são”. Ele só é todo no sentido de que cada um dos seus elementos é idêntico a si mesmo. (Santos, 2012, p. 49)*

Vemos que, acima de tudo, mesmo que seja possível indicar um modo de relação distinto em alguns momentos, isso não pode ser generalizado, nem para a ciência “como um todo”, tampouco para a psicanálise – que não funciona somente a partir do discurso do analista, por mais que este seja seu traço específico:

*Face a tudo que foi exposto, não seria mais razoável concluir que a psicanálise participa de duas concepções do real, cujo fundamento, entretanto, é único: o real é impossível? Uma parte de nossa atividade, a clínica psicanalítica, pode ser formalizada. Haverá, entretanto, em cada experiência, o encontro com uma singularidade irreduzível, pois os efeitos de lalíngua sobre a diversidade dos corpos não podem ser completamente reduzidos às classificações que já conhecemos. Por esta razão, mais do que nunca, o analista no século XXI precisa estar disposto a surpreender-se e se expor ao acaso de novos encontros. (Santos, 2012, p. 59)*

Aqui, encontramos outro ponto importante de delimitação, que diz respeito àquilo que se pode e ao que não se pode formalizar, a partir do qual se pode construir um saber positivo ou mesmo uma teoria. Essa questão é delicada, uma vez que, quando falamos de psicanálise, estamos falando tanto da situação clínica como de

sua teoria. Em relação à clínica, é necessário reconhecer que existe uma dimensão de singularidade que não permite nenhum tipo de generalização, de modo que o saber que se pode produzir é mais bem definido enquanto um saber negativo, e não positivo. Além disso, a situação clínica traz em seu seio a dimensão ética, sem a qual a clínica perde seu sentido, mas que também complexifica a atividade de pesquisa.

Como defende Silva (2000), a ética e o método da psicopatologia não podem ser separados, especialmente por tratarem-se de concepções sobre o próprio sujeito. Assim, ele defende que o método psicopatológico deve partir de uma alteridade irreduzível, uma impossibilidade de positivização da “normalidade”, e esta é uma questão ética. Como observa o autor,

*A “normalidade” é uma grande incógnita no método psicanalítico de investigação, e o esquecimento deste princípio transforma rapidamente a psicanálise em uma versão mística da reengenharia de comportamento. Com efeito, é a própria alteridade como enigma, seja ela normal ou patológica que confere uma posição forte, isto é, um princípio constitutivo à psicopatologia psicanalítica.*

*Ora, a alteridade como enigma é, por assim dizer, a garantia metodológica do método psicopatológico, mas também sua garantia ética. A normalidade como tal é um objeto de estudo da psicopatologia, eis o que leva Freud a avançar hipóteses psicanalíticas sobre a cultura, a religião e as artes, sem contudo adotar uma posição normativa. (Silva, 2000, p. 135)*

No entanto, isso não significa uma impossibilidade de construção de conhecimento, muito menos de compartilhamento de balizas

metodológicas ou de transmissão. Afinal, a psicanálise tem essa tensão presente em seus desenvolvimentos desde o princípio, sempre problematizando a separação entre aquilo que é singular e aquilo que pode ser generalizado e como estes dois âmbitos se atravessam na construção da teoria. Um saber não precisa, necessariamente, ser normativo: ele pode demonstrar, por exemplo, a impossibilidade de se definir a sexualidade enquanto algo descolado da “natureza humana”. Isso não retira seu caráter de saber. A dimensão da singularidade não pode servir como um impedimento para tal, muito embora, como já dito, seja necessário atentar para eventuais conflitos e impossibilidades entre o pensamento psicanalítico e certas demandas de reconhecimento. Como defende Iannini,

*... a suspensão do caráter normativo da pergunta pela cientificidade não quer dizer que a psicanálise possa se furtar à tarefa de explicitar protocolos para validação de sua práxis e de seus conceitos. É necessário, porém, que ela possa estabelecer parâmetros internos, a partir da própria esfera de racionalidade que ela instala. Evidentemente, estes critérios não podem fechar-se em si mesmos. (Iannini, 2007, p. 71)*

Um interessante caminho é traçado por Iannini ao defender a noção de *extimidade* da psicanálise em relação à ciência: “É possível dizer que a psicanálise está incluída externamente na ciência e por isso constitui-se como ciência êxtima?” (Iannini, 2007, p. 72). Vemos aí outro modo de localizar a paradoxalidade, apontando que a psicanálise partilharia uma visão científica – podendo, assim, ser incluída na ciência –, mas, por outro lado, apresentaria uma irreduzibilidade de seus objetos e enunciados – colocando-se, assim, em uma inclusão externa. No entanto, na esteira de outros autores já

comentados, Iannini opta por outro caminho de desenvolvimento, focando na crítica da função autoritária que o predicado *científico* apresenta na sociedade e defendendo o recurso a outras referências para a legitimação da psicanálise (como literatura, filosofia ou teoria social), mostrando, inclusive, este posicionamento como uma forma de relativização da autoridade do argumento científico:

*Crítico do pensamento analógico e entusiasta da formalização, Lacan deparou-se cedo com impasses inevitáveis da formalização científica. A história de seu pensamento confunde-se com a história das sucessivas tentativas de superação dos impasses internos a cada modelo de formalização adotado. O recurso à estrutura, ao matema, à topologia e à teoria dos nós é apenas parte desta estratégia. É verdade que tanto sua concepção de ciência quanto seu conhecimento de história das ciências demonstram a intimidade de Lacan com a epistemologia histórica de seu tempo. Se, apesar desta intimidade, ele preferiu pensar a psicanálise como ciência êxtima, não é por acaso. (Iannini, 2007, p. 76)*

O argumento é, sem dúvida, valioso; no entanto, não nos ajuda em nosso encaminhamento, ao menos não imediatamente, uma vez que acaba tomando o caminho da crítica social. Vemos que, de fato, por mais que seja possível circunscrever o tema nesses termos e encontrar embasamento em autores da filosofia da ciência para propor que outro tipo de cientificidade pode ser postulado, dar um passo à frente tem se mostrado uma tarefa bastante complexa, e é esta que, após estes longos prolegômenos, intentamos enfrentar. Porém, que caminho seguir?

## *Possibilidades de encaminhamento*

Parece-nos que existem dois caminhos principais. O primeiro parte da defesa de que o recurso a outras disciplinas permite à psicanálise maior delineação conceitual e, conseqüentemente, aumenta as possibilidades de operações formais e validações. É, em linhas demasiadamente gerais, o que podemos depreender de Beividas (2000) em sua aproximação da psicanálise com a semiótica. Teremos oportunidade de retomar o seu trabalho; por ora, podemos apenas apontar que a utilização da semiótica parece ganhar tamanha centralidade que o pensamento psicanalítico tende a ficar um tanto quanto “refém” dos avanços linguísticos. Embora seu esforço seja extremamente interessante e consistente, parece-nos mais importante, neste momento, poder atacar frontalmente este que nos parece ser o cerne da questão: um posicionamento forte da psicanálise, ela mesma, frente àquilo que se pode (ou não) chamar de ciência.

O segundo caminho surge a partir do questionamento sobre a necessidade de exclusão do sujeito da consideração científica, ponto que temos pouco a pouco construído por sua centralidade nas recusas, por parte de psicanalistas, de entrar num debate mais franco. É interessante notar que Dunker (2011), ao indicar, também, uma relação de pertencimento e não pertencimento da psicanálise em relação à ciência, propõe um argumento com a seguinte estrutura: primeiramente, apresenta pontos de paradoxalidade e, em seguida, encaminha a problemática pela tensão existente no fato de a psicanálise ser, ao mesmo tempo, um método clínico e um método de investigação.

Desse modo, é nesta dupla função que o autor localizará grande parte das dificuldades do debate, por desencontros inerentes ao que seria uma clínica e ao que é uma pesquisa. Assim, define três pontos centrais, estando o primeiro em consonância com o que já

indicamos nos encaminhamentos baseados na “forclusão do sujeito na produção do conhecimento científico”. Deve-se notar, entretanto, que Dunker não enxerga aí uma impossibilidade, mas, sim, uma constante instabilidade nos esforços. O segundo ponto trata da possibilidade de universalização, indicando que esta depende tanto da linguagem quanto da *Spaltung*: se a linguagem pudesse permitir algum tipo de universalização, essa possibilidade seria abalada pelo fato de que o modo pelo qual se encontra a divisão é pela fala pessoal de cada sujeito, e não pela língua:

*É a divisão singular, que se encontra em cada sujeito, que interessa ao método de tratamento. O método de tratamento não é sucedâneo perfeito do método de investigação. Neste sentido, a psicanálise se deteria sobre experiências cuja reprodução e particularização são possíveis, no entanto, exigem uma concessão à exigência fundamental de seu método. Portanto, as duas formas pelas quais se verifica o critério de universalidade são incomensuráveis entre si. Mais uma vez a psicanálise instabiliza o critério pelo qual se deu esta inclusão. (Dunker, 2011, p. 317)*

Finalmente, o terceiro ponto por ele ressaltado é o fato de que “a psicanálise parece recusar o critério de positividade do saber, necessário para que este se estabeleça como conhecimento” (Dunker, 2011, p. 317). Nesse sentido, novamente se encontra uma tensão entre clínica e produção de saber, pois se para a ciência a verdade pode ser abandonada em detrimento da produção de conhecimento, a clínica responde antes a um imperativo ético, no qual a verdade – mesmo que entendida como verdade particular de cada sujeito – deve se sobrepor ao conhecimento.

Vemos, dessa maneira, como o autor permite um encaminhamento distinto ao explicitar como essas incompatibilidades se entrelaçam na vocação clínica (ética) da psicanálise, apontando como, mais do que uma impossibilidade de formalização ou validação, esbarra-se na primazia da clínica frente a demandas de uma investigação com parâmetros específicos de validação e compartilhamento. Frente a esses argumentos, o que defendemos é que se explore as possibilidades de conjugação da prática clínica com momentos de estabelecimento do saber que sejam marcados pela clínica, mas que também tenham certa independência da ética do tratamento, para que os objetos possam ser tratados com outros objetivos. Desse modo, partimos do pressuposto de que a confluência entre método clínico e método investigativo não seja um impeditivo. Por mais que um deixe sua marca no outro, pode-se tentar criar momentos em que possam ser considerados de modo relativamente independente. Se isto funciona ou não na prática é um dos pontos que trataremos no Capítulo 3.

Desse modo, podemos indicar que, em relação à rejeição do sujeito na produção do conhecimento científico, iremos analisar de perto o quanto isso se sustenta como uma marca irreduzível do pensamento científico. Como trabalharemos no Capítulo 2, esse traço parece, na verdade, estar a serviço mais de uma demanda de comunicabilidade e reprodutibilidade do que de uma regra absoluta em si. Mais que isso, a própria reprodutibilidade tem como base a defesa de que o conhecimento seja público, de que possa ser feito em qualquer lugar. Se a comunicabilidade e a reprodutibilidade puderem ser alcançadas de outro modo, a rejeição do sujeito não seria necessária. Voltaremos a isso.

Quanto à segunda questão levantada por Dunker, parece-nos que, embora não possa passar despercebida, a incomensurabilidade entre essas duas dimensões e o tipo de generalização que cada

uma proporção não configuram, também, algo intransponível na discussão que propomos. Como veremos no Capítulo 2, a incomensurabilidade é, em si, algo presente em qualquer tipo de consideração científica. O fato de que não se possa estabelecer uma contiguidade entre essas dimensões não significa que elas não possam ser conjugadas de modo interessante, mesmo que seja no estabelecimento de limites entre dois campos.

Junto com isso, também não nos parece um empecilho o fato de haver certa resistência à criação de um saber positivo, como nos indicam Silva (2000) e Dunker (2011). Embora não seja algo comum naquilo que usualmente chamamos de ciência, não nos parece haver nenhuma impossibilidade nesse sentido. Por outro lado, a possibilidade de delimitação daquilo que não pode ser definido é essencial – algo, aliás, que a clínica psicanalítica realiza com bastante propriedade. Por mais excêntrico que possa parecer, se a psicanálise lograr ocupar esta posição na comunidade científica – posição de, a partir de métodos e parâmetros compartilhados, estabelecer os limites para aquilo que se pode definir sobre o sujeito, indicando os atravessamentos éticos e clínicos presentes nas produções do conhecimento e em suas aplicações –, isto já seria um ganho inestimável. É sobre como fazer isso que nos debruçaremos.

No início desta introdução, indicamos que este livro reúne um campo de interesse epistemológico e um posicionamento político. Esses dois pontos estão entrelaçados e irão, aos poucos, desenvolver-se de modo solidário. Retomamos essa divisão após estes desenvolvimentos preliminares somente para ressaltar que a posição política consiste em nada mais do que uma posição de abertura. Desse modo, o entrelaçamento entre os interesses políticos e epistemológicos se dá devido ao fato de que um posicionamento político mais consistente demanda uma abertura maior a relações com

outras disciplinas, o que, por sua vez, traz ganhos de interesses epistemológico e teórico. E essa é uma via de mão dupla, já que a exploração desses ganhos produz uma possibilidade de circulação mais propositiva da psicanálise em debates políticos.

Independentemente dos resultados que iremos obter, nosso objetivo principal é contribuir para um modo de tratamento dessas questões que seja menos reativo, menos defensivo. Afirmamos que a psicanálise pode participar desse tipo de discussão como protagonista, e não como algo que deve se esquivar de acusações. Mais que isso, a abertura que pode ser produzida a partir de tal posicionamento traria ganhos não somente políticos ou referentes a esse campo intermediário, produzido na intersecção entre diferentes disciplinas; uma maior abertura traria, também, ganhos “internos” ao pensamento psicanalítico, que se veria retirado de uma zona de conforto e obrigado a dialogar com aqueles que não partilham, em princípio, de sua ética, de seu(s) dialeto(s), de seus pressupostos etc.

Em outras palavras, são mais ocasiões de se ver confrontado com o real, de permitir que furos sejam apontados e produzidos e que possam vir dos lugares menos previsíveis. Poderia se dizer que os furos no simbólico sempre vêm de lugares inesperados; que, se não fosse este o caso, não seriam furos reais. É verdade, mas isso não impede que criemos modos de limitar essas possibilidades, privilegiando certos modos de irrupção do real em detrimento de outros. Acreditamos que a ocupação de um lugar mais franco em relação à ciência, nesse sentido, funcione como um alargamento dessas possibilidades, que muito têm a contribuir com a clínica e com a teoria psicanalíticas.

Diante desta longa introdução, falta-nos apenas indicar aqui-lo que vemos como uma alternativa de encaminhamento: trata-se

do estudo de uma possibilidade de verificação extraclínica, especificamente a validação experimental. Escolhemos esse caminho porque a validação extraclínica parece possibilitar maior liberdade para a realização de formalizações e verificações sem necessariamente agredir a ética clínica. Além disso, como colocado no início, a articulação com ciências experimentais parece ser o ponto mais improvável e problemático nesse debate. Partimos do pressuposto de que, se conseguirmos dialogar até com esse tipo de racionalidade, o caminho para o estabelecimento de um debate mais estável e produtivo entre psicanálise e ciência será facilitado. Este será, então, o centro de nossa discussão e nossa aposta de encaminhamento.

Nesta primeira construção, apontamos (1) uma necessidade político-clínica de fazer avançar esse debate, indicando algumas (2) questões epistemológicas que devem ser revistas a partir da atualização do debate e a (3) delimitação de algumas questões que devem ser consideradas para que não se percam pontos essenciais neste movimento. Pretendemos fazer isso, primeiramente, retomando dois pontos da teoria psicanalítica que nos parecem centrais, pois, além de momentos extremamente ricos e interessantes, também são desenvolvimentos aos quais frequentemente se recorre para embasar argumentos que, a nosso ver, acabam mais por dificultar do que por ajudar a avançar na discussão. Trata-se do texto “A ciência e a verdade” (Lacan, 1966/1998) e da teoria lacaniana dos discursos, e abordaremos isto no Capítulo 1.

Em seguida, no Capítulo 2, faremos uma breve apresentação do movimento existente no campo da filosofia da ciência. Não teremos, de forma alguma, o intuito de esgotar essa área tão vasta e complexa, mas apenas de indicar a pluralidade aí existente e como as possibilidades de encaminhamento são muito mais diversas do que em geral consideramos ao pensar nesse tema.

Após esses dois capítulos de “atualização do debate”, no Capítulo 3, iremos nos debruçar sobre a discussão de alguns experimentos extraclínicos que se mostram como possibilidades interessantes de avanço. Não temos como objetivo nem fazer uma defesa *a priori*, tampouco deslegitimar, de saída, esses esforços: vamos nos concentrar em pensar os limites e as possibilidades abertas por esses movimentos.

Finalmente, na Conclusão, faremos uma retomada de nosso percurso, na tentativa de estabelecer aquilo que encontramos como resultados e também aquilo que nos restou enquanto questionamento.



***Psicanálise e ciência*** é um trabalho impecável, elegante e atual, baseado na análise de provas extraclínicas sobre a hipótese do inconsciente. O texto argumenta convincentemente e de forma crítica sobre a validação experimental da relação entre conflito e sintoma. A distinção entre ciência e ideologia, o papel da teoria dos discursos, a teoria da causalidade e o estatuto do sujeito são cada vez mais cruciais conforme deparamos com a falácia dos marcadores biológicos de doenças mentais e a inerente teoria do sofrimento baseada em uma causalidade indiferente à narrativa e à leitura que o sujeito faz de seu sintoma. Vê-se assim como a psicanálise partilha de uma teoria materialista da causalidade cujo fundamento aponta cada vez mais para as ciências da linguagem.

—***Christian Ingo Lenz Dunker***

*Psicanalista, professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP)*

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-1182-2



9 788521 211822

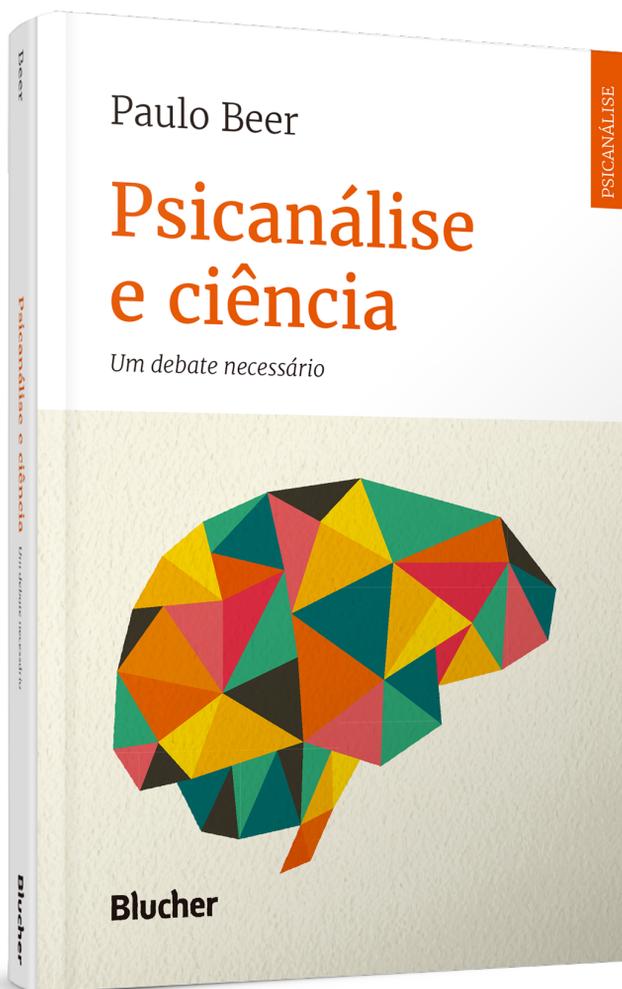
série

**PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA**

Coord. **Flávio Ferraz**

[www.blucher.com.br](http://www.blucher.com.br)

**Blucher**



Clique aqui e:

[Veja na loja](#)

# **Psicanálise e Ciência**

## **Um debate necessário**

---

**Paulo Beer**

ISBN: 9788521211822

Páginas: 208

Formato: 14x21 cm

Ano de Publicação: 2017

---